



**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MESTRADOS EM ARTES:
UM OLHAR DESDE BRASIL E ARGENTINA**

COMPARATIVE STUDY BETWEEN MASTERS IN ARTS:
A LOOK FROM BRASIL AND ARGENTINA

ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE LAS MAESTRÍAS EN ARTES:
UNA MIRADA DESDE BRASIL Y ARGENTINA

Jacks Ricardo Selistre¹

RESUMO: O presente artigo se constitui em um olhar entre programas de mestrado em artes do Brasil e da Argentina, propondo um estudo comparativo entre as políticas educacionais, e sociais. Investiga-se como se desenvolvem os programas de mestrado entre os dois países, as políticas públicas para a educação, enfocando nas questões de gênero e sexualidade, que são constantemente perseguidas por discursos baseados em forças políticas autoritárias e conservadoras que ganharam espaço nos últimos anos. Os autoritarismos com que estamos nos deparando colocam em perigo a liberdade de cátedra, prejudicando a ascensão à cidadania.

PALABRAS CLAVE: Educação. Mestrado. Brasil e Argentina. Políticas educacionais. Gênero e educação.

ABSTRACT: This article is constructed through a glance of the Art masters programs in Brazil and Argentina, proposing a comparative study between educational and social policies. It is investigated how the master programs in the two countries were developed, the educational public policies, focusing on the subject of gender and sexuality, which are constantly persecuted in speeches based on authoritarian and conservative policies, that expanded in the last few years. The authoritarianisms which we face today put into check the academic freedom, harming to the access to the social citizenship.

KEYWORDS: Education. Master programs. Brazil and Argentina. Educational policies. Gender and education.

RESUMEN: El presente artículo se constituye en una mirada entre las maestrías en Artes de Brasil y Argentina, se propone un estudio comparativo entre las políticas educacionales y sociales. Se investiga cómo se desarrolla la maestría entre los dos países, las políticas públicas para la educación enfocando en la cuestión de género y sexualidad, que son constantemente perseguidas por discursos basados en fuerzas políticas autoritarias y conservadoras que han tomado espacio en los últimos años. Los autoritarismos con que nos estamos deparando ponen en peligro la libertad de cátedra, perjudicando la ascensión a la ciudadanía.

PALAVRAS-CHAVE: Educación. Maestría. Brasil y Argentina. Políticas educacionales. Género y educación.

Submetido em: 06/11/2017 – Aceito em: 15/02/2018 – Publicado em: 21/02/2018.

INTRODUÇÃO

A realização deste artigo só foi possível com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, onde cursei o mestrado em Artes Visuais, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bem como pelo programa de intercâmbio pela Asociación Universitaria Grupo Montevideo (AUGM) que me concedeu uma bolsa de pesquisa de curto período para estudar no mestrado de Arte Latino-americano da Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Mendoza, Argentina. No período de intercâmbio tive a oportunidade de cursar os seminários de Pensamento Latino-americano, Teoria da Cultura: estética feminista para a liberação e Movimentos Sociais e Etnias na América Latina.

O período de pesquisa na UNCuyo possibilitou novas perspectivas no campo da História da Arte, bem como na Educação Superior e Básica. Apesar de ter sido um curto período de intercâmbio, pude notar diferenças em questões metodológicas, sociais e nas políticas educacionais, como as diferenças entre os métodos de ingresso à pós-graduação em cada país, a maneira de distribuição das aulas e os métodos avaliativos. Brasil e Argentina são países muito próximos, vizinhos que compartilham de muitas experiências similares, como a colonização que sofreram e as ditaduras militares do século passado. Ambos os dois países tiveram presidentas mulheres ao mesmo tempo, Cristina Kirchner y Dilma Rousseff, houve uma ascensão das mulheres ao poder. Mas logo os cenários políticos dos países se modificaram. Na Argentina Mauricio Macri foi democraticamente eleito, no Brasil aconteceu uma série de manobras para destituir a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff do poder. Manobras para alcançar o poder através de um novo tipo de estratégias políticas que não se constituem de maneira militar, mas policial, jurídica e parlamentar (CANCLINI, 2008).

Apesar de muitas semelhanças, impactou-me a diferença de como acontecem as aulas no contexto do mestrado em Arte Latino-americana da UNCuyo. Este programa de pós-graduação se organiza através de seminários concentrados de três dias, diferentemente das disciplinas comuns do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGART) da UFSM que são dadas semanalmente. Também me chamou a atenção o interesse pelos estudos de gênero e sexualidade que se apresentam no mestrado da UNCuyo, os três seminários cursados exploravam essas temáticas. O que no Brasil poderia sugerir polêmicas frente à ascensão de discursos conservadores que estão sendo construídos no âmbito social, artístico e educacional. Nota-se a presença de discursos autoritários no âmbito artístico com as manifestações

contrárias à exposição *QueerMuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*², fazendo com que fechassem a mostra meses antes do programado, sendo essa uma atitude antidemocrática, que se acerca a um tipo de censura social. Uma atitude para calar o que difere da opinião hegemônica, do que foge do cânone socialmente idealizado e aceito. Na educação também se pode notar a influência do conservadorismo em projetos de leis que buscam reduzir a liberdade de expressão nas escolas. A intenção do Projeto de Lei nº 867/2015, mais conhecido como *Escola Sem Partido*, é neutralizar o processo educativo através da abstenção de opinião do professorado, impondo assim um limite à liberdade de expressão em escolas, limitando também a liberdade de pensamento, de questionamento e de aprendizagem. O objetivo deste movimento/projeto de lei é combater a educação política e ideológica que supostamente existe no Brasil. Dessa maneira, seria proibido ao professorado expor opiniões pessoais em aula, bem como seria proibido discutir questões referentes ao gênero e à religião com o corpo discente, já que professores e professoras não devem discutir, nos espaços escolares, temas e conteúdos que não condigam com as convicções familiares dos estudantes (NICOLAZZI, 2016). Neste sentido, se percebe uma tentativa de censura, limitando temas e penalizando professores/as que abordem determinados temas em aula.

CONTEXTOS E CENÁRIOS EDUCACIONAIS

Ingressei no mestrado no ano de 2016, no Brasil, diferentemente de alguns mestrados do exterior, exige-se que aquele/aquela que se candidate a um mestrado tenha que cumprir com os exames para que seja aceito/a a ingressar à pós-graduação. São três exames iniciais, que se constituem da seguinte maneira: avaliação do currículo e do projeto de pesquisa a ser realizado no mestrado, prova escrita a partir de uma bibliografia escolhida pela coordenação de curso, e por fim uma prova oral. Essas etapas são eliminatórias, de maneira que se o/a candidato não atinja a média 7 (sete) nas três avaliações iniciais, não será selecionado/a para cursar.

Dessa maneira, ingressei no mestrado com um projeto que me acompanha desde a graduação, um estudo sobre o espaço que ocupa a arte latino-americana no contexto global da arte. A

² *QueerMuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi uma exposição sediada no Santander Cultural, em Porto Alegre. O curador da exposição, Dr. Gaudêncio Fidelis, buscou fazer um recorrido entre obras de arte que abordam aspectos referentes ao gênero e à sexualidade associados a uma perspectiva da diferença, seria uma mostra baseada na diferença do cânone hegemônico. Apesar do sucesso de público e crítica, alguns/mas manifestantes protestaram contra a exposição. Na visão dos manifestantes as obras presentes faziam apologia a crimes e à intolerância religiosa. Com muitas manifestações por parte de grupos conservadores, o Santander Cultural decidiu fechar a mostra antes do programado. Frente à essa polêmica o *Ministério Público* e o *Estatuto da Criança e do Adolescente* decidiram visitar a exposição a fim de verificar a existência ou não de práticas criminais, e se constatou que no existe apologia a nenhum crime. O que existe es um discurso fundamentalista financiado por grupos conservadores que no entendem de arte, que somente buscam fazer disseminar polêmicas sem basear-se nos conhecimentos da Filosofia, Teoria e da História da Arte.

partir do primeiro quadrimestre com as aulas e com os encontros com a Dra. Rosa María Blanca, minha orientadora, redimensionei a temática de investigação do mestrado. No Brasil, é possível ingressar em um mestrado com um determinado projeto e logo, no primeiro quadrimestre o projeto pode ser redimensionado a partir do que foi trabalhado em aula, nos encontros com o grupo de pesquisa, ou com a orientadora. Assim meu projeto inicial que tratava de questões muito amplas do contexto artístico latino-americano, se redimensionou, focando-se especialmente às questões da arte não hegemônica, com ênfase nas estéticas homoeróticas e *queers* latino-americanas de 1970 até a contemporaneidade.

Em contraponto, na Argentina percebi que para ingressar no mestrado muitas vezes não se exige um projeto de investigação, já que ele será pensado durante o curso, o que muitas vezes pode postergar a conclusão, a defesa da dissertação. Mas igualmente o pós-graduando tem mais tempo para desenvolver e dimensionar a sua pesquisa. Outra diferença é que no Brasil existe um prazo em que a/a estudante de pós-graduação tem que defender sua pesquisa, sendo dois anos (prorrogável a dois anos e meio) para mestrado, e quatro anos (prorrogável a quatro anos e meio) para doutorado.

Os contextos educativos são distintos entre os países, e inclusive entre os programas de pós-graduação. São distintas também as políticas educacionais, as metodologias e as áreas de investigação. Enquanto o mestrado da Universidad de Cuyo se dedica exclusivamente a pesquisa da arte latino-americana, o mestrado em Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria tem como área de investigação a arte contemporânea, dividindo-se em três linhas: Arte e Cultura (a linha que eu participo), Arte e Visualidades e Arte e Tecnologia (sendo esta a linha de investigação com mais discentes da pós-graduação).

Uma das grandes diferenças percebidas é que na Argentina a educação é pública, mas a pós-graduação, o mestrado e doutorado são pagos, ainda que sejam ditados em instituições públicas. Ou seja, as/os estudantes tem que pagar para cursar os seminários. Diferentemente de Brasil, que até o presente momento dispõe de uma rede universitária pública em todas suas etapas, desde a primária até o doutorado. A educação é democrática, acessível a todos/as, ou melhor, a quase todos/as. Já que para ingressar em uma pós-graduação o/a candidato/a tem que ser aceito/a em todos os exames de seleção, os quais muitas vezes são muito complexos, fazendo com que muitos/as candidatos/as não ingressem à pós-graduação, sobretudo das universidades públicas. Já que os programas de pós-graduação possuem um nível de exigência muito mais alto que a graduação. A exigência ainda é maior quando o/a estudante busca receber bolsa do governo³ para desenvolver a pesquisa.

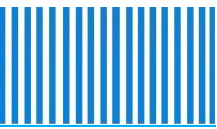
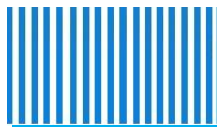
³ No Brasil existem diversos tipos de bolsas para os/as estudantes da pós-graduação. As bolsas são financiadas pelo governo a partir da CAPES e do CNPq, principalmente. As/os bolsistas têm deveres para receber a bolsa, como publicar artigos em congressos e periódicos, ou realizar exposições e organizar eventos.

Sobre a diferença entre a pós-graduação completamente grátis do Brasil, pode-se dizer que *quicá* isso não será para sempre, analisando como vêm se desenvolvendo as políticas educacionais neste país. Em 2016 aconteceu a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 395/14 que buscava fazer que cursos de extensão e modalidades de especialização, como *Master Business Administration*, deixem de ser gratuitos, deixando as instituições decidirem se iriam ou não cobrar dos alunos/as (PIOVESAN, 2016). Primeiramente essa proposta de lei foi aceita, e logo ratificada, em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que professores/as e advogados/as contrariem essa decisão, alegando que de acordo com a constituição, a educação é pública e gratuita, não diferenciando as modalidades oferecidas, se graduação, mestrado, doutorado o cursos de extensão e especialização (RAMALHO, 2017). Entretanto em 2017 a Câmara de Deputados recusou e arquivou esta PEC, proibindo que universidades públicas cobrem por cursos de especialização.

Com a existência deste projeto de lei pode-se perceber uma tentativa de iniciar a privatização do ensino público superior que é gratuito. Um início através de cursos de especialização Lato Sensu⁴, que pode incitar o mesmo processo aos mestrados e doutorados. Vejamos, é uma oportunidade de *desconstruir* a educação pública, sendo este um projeto muito bem desenvolvido por parte da elite financeira e político brasileira Com isso pode-se pensar: Quem está interessado que as pessoas comecem ou sigam estudando? Ou melhor, quem deve estudar? Tod@s? Ou somente uma parcela da população, como acontecia em outros momentos do Brasil, onde l@s que estudavam eram basicamente provenientes de famílias ricas e brancas. Ou seja, é uma estratégia de restringir o acesso da comunidade à educação, é uma tentativa de *elitizar* ainda mais o sistema educativo. Ou seja, é visível que existe a ideia de desmontar o acesso democrático e universal às universidades. É uma iniciativa política para iniciar a desconstrução da universidade pública e de qualidade, é uma maneira de iniciar a dificultar o acesso à educação superior, que penalizaria sobretudo aqueles/as que não tem condições financeiras de pagar para fazer uma especialização.

Essas tentativas de privatização e de ascensão ao conservadorismo se mostram não somente a nível nacional, mas também a nível global, analisando a política internacional vemos Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, Marine Le Pen como grande candidata às eleições passadas na França. Os discursos de conservadores estão ainda presentes, e são expostos por políticas populistas e neoliberais (CANCLINI, 2008). Sobre esses discursos e sobre as crescentes intolerâncias, a abordagem será mais especificamente dentro da universidade e da escola.

⁴ Lato Sensu é um tipo de pós-graduação que compreende programas de especialização com duração mínima de 360h, no qual os/as estudantes receberão um certificado, não um diploma.



Vivemos em um contexto político, social e educacional em que as intolerâncias são cada vez mais visíveis, as pessoas têm a capacidade de expor seus pensamentos abstendo-se de qualquer triagem, proferindo discursos preconceituosos, maus, não importa, o importante é expô-los. Para isso a internet é uma importante ferramenta, sendo ao mesmo tempo uma chave democrática para reivindicar direitos e também para difundir discursos de intolerância. De acordo com Umberto Eco (2015), a internet e as redes sociais deram voz a tod@s, inclusive a pessoas preconceituosas, que antes expunham suas ideias em mesas de bar sem prejudicar a coletividade, mas agora têm voz e se sentem os donos da verdade. Hoje em dia, o importante é ter uma opinião e expressá-la. Na sociedade do espetáculo a qual vivemos é muito importante representar, expressar. Mas nossos pensamentos e ideias não são diretamente nossos, são eco de distintos pensamentos, como afirmara Férdinand Saussure (2003). Ou seja, às vezes expomos um discurso que temos na cabeça, que nos constitui como pessoa, mas esses discursos não são naturalmente nossos, são ecos de outros discursos espetacularizados, potencializados pela sociedade e pelos meios de comunicação que muitas vezes são os verdadeiros construtores da opinião. Dessa maneira, vejo que os discursos são aprendidos e não necessariamente pensados por quem os expõe. Discursos esses que não são nem verdadeiros e nem falsos (FOUCAULT, 2016), mas discursos que muitas vezes atuam como se fossem verdades absolutas. Acerca das discussões e dos discursos dentro da sala de aula, é importante focar em uma perspectiva que forme cidadãs/ãos, e não somente licenciados/as.

Tanto na escola quanto na universidade é importante levar a discussão acerca das múltiplas formas de discriminação que existem tanto na sociedade, quanto no contexto escolar, já que as discriminações sociais muitas vezes podem ser disseminadas e potencializadas no ambiente educacional através do *bullying*. Por isso é importante que tenhamos os professores/as a liberdade e o dever de levar estes temas para discussão. Questionando todas as formas de discriminação, o racismo, o machismo, a xenofobia, a homo/lesbo/transfobia e todos os discursos que buscam diminuir o/a próximo/a através de uma suposta superioridade natural. Na escola e na universidade temos que aprender a alteridade. Temos que praticá-la, a fim de aprender a sua importância. De maneira que não somente os/as estudantes sairão com um diploma, mas como cidadãos. Conscientes, preparadas/os para viver em uma sociedade que é plural e diversa.

Ainda que muitas/os professoras/es tentem lutar por um ensino democrático que não dissemine discursos de ódio, existem aqueles que se opõem drasticamente, restringindo os preconceitos que devem ser combatidos em âmbito acadêmico e escolar, deixando assim muitas minorias fora desse programa *antipreconceitos*. Como é o caso, por exemplo, da homo/lesbo/transfobia, que é um tema bastante polêmico em Brasil. O Congresso que temos

hoje em dia é o mais conservador desde os anos de chumbo de 1964. Comentários sexistas, machistas e homofóbicos são frequentes em nossa realidade política e social, podemos ver isso claramente com o processo de *impeachment* que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República. Ataques muitas vezes sem caráter político, ataques à sua condição de mulher. Perguntas e comentários esdrúxulos sobre a sua sexualidade, sobre seu estado civil. As críticas políticas são claramente aceitáveis pois trata-se de um processo de *impeachment*, mas comentários que não têm relação ao seu mandato e somente busca desestabilizar sua condição de mulher, são superficiais e não servem para nada na questão judicial do processo de *impeachment*. Só servem para deixar óbvia a situação: somos um país machista e heteropatriarcal, e há quem não suporte a ideia de ter uma mulher como presidenta da República.

A liberdade está em jogo, sobretudo ao que diz respeito à liberdade de cátedra. Na Constituição Federal Brasileira (1988, artigo 206⁵) está assegurado que o/a docente tem liberdade de ensinar, assim como os discentes têm a liberdade de aprender. Este direito é básico para a educação em um estado *democrático*, ou seja os temas abordados em classe não poderiam passar por uma censura, como passaram muitas vezes nas ditaduras militares latino-americanas. É direito do professorado ter liberdade em classe, a fim de ampliar os conhecimentos. Em contrapartida aos direitos, à liberdade pedagógica, o *Programa Escola sem Partido* busca a *neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado* (BRASIL, 2015), ainda que saibamos que na educação não há neutralidade (FREIRE, 1999), já que conhecer é um ato social, que pode ser partidário, mas jamais será neutro (NICOLLAZI, 2016).

Neutralidade para quem? O que seria considerado como neutralidade educacional? Na educação não existe neutralidade, já que inclusive o ato de decidir estudar é uma opção política (NICOLLAZI, 2016). Podemos entender que a suposta neutralidade que é contra as supostas doutrinas ideológicas e partidárias vigentes na educação, se desenvolve através de uma política ideológica e político-partidária que os sustenta, ao autodenominar-se como um movimento *não ideológico*, o movimento quer, em realidade, naturalizar a ordem vigente que deseja preservar (AMORIM; SALEJ, 2016). A intenção não é fazer algo neutro, é alterar a ideologia, ou bem, o paradigma da educação.

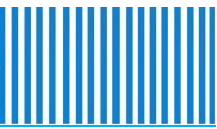
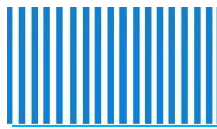
A educação e a escola são um aparato ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1987), e ainda que não fossem seria impossível não serem ideológicos, pois o ensino é feito através de

⁵ De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, tradução livre):

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...];

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo das ideias e das concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

**Artigo de Pesquisa**

DOI: 10.20396/riesup.v4i2.8651779

discursos que nunca são neutros (FOUCAULT, 2016). A ciência não é produzida na neutralidade fria de investigadoras/es, mas em espaços onde existem múltiplas desigualdades, operando em saberes localizados (PELÚCIO, 2012), partindo de um local, e de um paradigma, social específico (AMORIM; SALEJ, 2016). A censura se mostra principalmente através do artigo 2º o qual diz que o estado não se imiscuirá na opção sexual dos estudantes, de maneira que as teorias de gênero são um tema proibido. Ao proibir a discussão das teorias de gênero a proposta de lei exprime primeiramente um desconhecimento acerca delas, já que as trata como ideologia de gênero, crendo que o papel das teorias de gênero seja tornar ou incentivar que as pessoas sejam homossexuais, o que obviamente não é a intenção. E por segundo, priva um ensino democrático, já que através das teorias de gênero pode-se amplamente desconstruir o machismo, a misoginia e a lesbo/homo/transfobia.

Ao mesmo tempo, o texto do projeto de lei se contradiz sobretudo em comparação ao artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional (BRASIL, 1996) o qual diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; III – **liberdade de aprender, ensinar, investigar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber**; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Como seria possível a **liberdade de aprender e ensinar** quando certos conhecimentos são proibidos? Que ilusão de liberdade é esta? O paradoxo é óbvio. Não é uma escola sem partido, mas uma escola com partido, com outro partido, que busca por outros paradigmas políticos, filosóficos e sociais. Ou seja, o projeto de lei se articula com os interesses daqueles que propõem a lei, já que **não existe uma educação neutra**. O caráter autoritário do Programa Escola sem Partido ainda se torna mais explícito no Art. 5º § 1º o qual diz que “as escolas terão que por um cartaz (de mínimo 90 x 70cm) na parede das salas de aula, no cartaz estará especificada a Lei” (BRASIL, 2015). Assim, vê-se claramente a intenção de censura, de repressão e restrição da liberdade de cátedra e da liberdade de aprender.

A proposta restringe a discussão em classe, faz com que os/as docente não possam expressar opiniões políticas. O que impede a construção de discussões de certos temas. Sem discussão, sem debate não se constrói pensamento. Para que não sejamos manipuladas/os há que existir discussão e não censura. A liberdade de pensamento faz a revolução, a censura, a proibição nos faz obedecer sem pensar, faz com que não sejamos autocríticos. Através de tecnologias de controle, como a disciplina que somos submetidos/as, reduzimos o corpo e o pensamento à obediência (FOUCAULT, 1992) acrítica. Temos que educar para pensar, para refletir, para contestar, para resistir, para discutir e não para obedecer acriticamente. O pensamento crítico é a maior arma contra as proibições. O ser humano quando disciplinado pelas instituições de

poder se reduz à submissão (FOUCAULT, 1992), e este não é o objetivo da educação. A educação serve para dar independência aos sujeitos, para que se tornem cidadãos.

O Brasil é um país com um índice altíssimo de homo/lesbo/transfobia, e não existe um combate eficaz contra os preconceitos. Não existir uma discussão de gênero em classe é fortalecer as forças repressivas do patriarcado, é retirar a possibilidade de disseminar os valores de igualdade e de respeito (MIGUEL, 2015). É influenciar e potencializar o *bullying* às minorias. Ao discutir gênero na escola não se busca modificar a orientação sexual de ninguém, pelo contrário, busca-se mostrar que existem pessoas que são distintas, que não se incluem na suposta normalidade, e igualmente que todos e todas somos indivíduos, igualmente cidadãos. A intenção é mostrar que vivemos em uma sociedade plural e que todos e todas merecem respeito. É desconstruir com a lógica machista, é rebelar-se contra os diversos tipos de opressão, é aprender a alteridade.

Ao mesmo sentido, nos cursos de graduação que formam professores/as no Brasil, a questão de gênero ainda é muito precária, poucas são as universidades que têm disciplinas dedicadas a teorias de gênero destinadas a professores e professoras⁶, de maneira que a discussão acerca da discriminação ainda seja um tema de difícil compreensão, ainda mais quando se fala dos preconceitos que envolvem gênero e sexualidade. É importante discutir a existência desses preconceitos, bem como é importante discutir maneiras de educar a fim de combatê-los.

De maneira oposta, na Argentina percebi que a discussão de gênero e sexualidade é muito latente nas universidades, em especial na UNCuyo onde tive contato mais precisamente com o Mestrado em Arte Latino-americana⁷ e com o Mestrado em Estudos Latino-americanos⁸. É visível que a liberdade de cátedra é imprescindível para a Educação Superior e Básica. Os seminários todos tratavam de questões de gênero na arte ou na filosofia, abordando construções que muitas vezes são naturalizadas, mas que operam com naturalidade pois foram

⁶ Obviamente nos cursos de Filosofia, Sociologia, Ciências Humanas e Sociais em geral, é um tema muito apreciado e estudado no Brasil, de maneira que um dos principais congressos que discute gênero, sexualidade e feminismo, o Fazendo Gênero, foi concebido na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Em agosto de 2017 tivemos o Seminário Internacional Fazendo Gênero, onde participei como assistente curatorial da II Exposição Internacional de Arte e Gênero, bem como organizador do Catálogo, junto com a Dra. Rosa María Blanca. O catálogo está disponível em:

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=61

⁷ Agradeço imensamente à Ms. María de los Ángeles Forcada pela oportunidade de participar dos seminários de *Pensamiento Latinoamericano y Teoría de la Cultura: estética feminista para la liberación*, ambos os seminários foram muito importantes para um pensamento crítico que emancipe tanto América Latina da imposição euro-americana, quanto para a emancipação da sociedade em relação ao sistema patriarcal.

⁸ A possibilidade de cursar o seminário *Movimientos Sociales y etnicidad en América Latina* foi cordialidade da Dra. Paola Bayle.

construídas para que atuem como naturais. O que existe não é a *naturalidade* (neste aspecto), mas sim a significação do discurso, para que atue de maneira naturalizada, ou seja, existe uma significação, uma construção da verdade (DERRIDA, 1967). Dessa maneira se desconstrói essa suposta naturalidade, possibilitando novos discursos, novas histórias e subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do intercâmbio acadêmico no mestrado de Arte Latino-americana da Universidad Nacional de Cuyo percebeu-se que as pós-graduações se organizam de maneiras distintas. Desde o processo de seleção das/os estudantes, aos modos que se organizam as aulas e até os métodos de construção da dissertação. O Brasil, diferentemente da Argentina, conta com mestrados e doutorados públicos, enquanto na Argentina é necessário que l@s estudantes paguem a matrícula. Os seminários cursados na Argentina se destacaram ao discutir as questões de gênero na arte e na sociedade, criando assim um ambiente de pesquisa mais plural e democrático.

Em meio às mudanças sociais e políticas do Brasil, nota-se que a educação está sendo transformada por manobras com uma segunda intenção. A ascensão de discursos conservadores é a nível global, o que diferencia o Brasil dos outros países é o método com que o conservadorismo está se impondo. A liberdade de cátedra é um direito do professorado e dos/as estudantes, restringir conteúdos é uma atitude que se assemelha à censura. Ao tentar modificar as bases educativas para uma suposta neutralidade onde conteúdos são proibidos, restringe-se o acesso à cidadania (FRIGOTTO, 2016), impedindo o sujeito de compreender-se em seu mundo, violentando-o pelo uso da manipulação, sendo essa necessariamente uma educação desumana, deformante (PELLANDA, 1986) e política. Neste sentido, a neutralidade não permite a discussão a fim de manter o *status quo* dominante, a fim de que os valores hegemônicos não sejam perdidos.

O que é importante é resistir frente à imposições conservadoras a fim de mostrar que a diversidade existe e que existem modos de fazer uma educação inclusiva e democrática. Onde o debate seja a principal chave, onde conteúdos não sejam proibidos, mas discutidos democraticamente, levando em consideração a sua importância e o nível de compreensão filosófica dos/as estudantes. A liberdade é imprescindível para a educação e para o ensino em um contexto democrático.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: Graal, 1987.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 30 de jan. 2018

BRASIL. **PROJETO DE LEI N.º 867, DE 2015 (Do Sr. Izalci) Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"**. Diário do Congresso Nacional, Brasília, Seção I, 4 fev. 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CONGRESSO EM FOCO. “**Quem não tem dinheiro não faz faculdade**”, diz deputado a manifestante, 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/> Acesso em: 30 jul. 2017.

ECO, Umberto. **Discurso al recibir el título Doctor Honoris Causa en la Universidad de Turin, Itália**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-dizumbertoeco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html> Acesso em: 15 ago. 2017.

DERRIDA, Jacques. **De la Gramatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In.: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagen, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra: 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem partido”: imposição da mordça aos educadores. **e-Mosaicos**, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Guerra e Paz, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **A criminalização do pensamento crítico**, Publicado em 29/10/2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/10/29/a-criminalizacao-do-pensamento-critico/> Acesso em: 2 de abril de 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido?. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 3, n. 5, 2016.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia**. São Carlos, v. 2 n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2012.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Ideologia, educação e represso no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PIOVESAN, Eduardo. **Aprovada em 1º turno PEC que autoriza universidade pública a cobrar por curso lato sensu**. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/503848-APROVADA-EM-1-TURNO-PEC-QUE-AUTORIZA-UNIVERSIDADE-PUBLICA-A-COBRAR-POR-CURSO-LATO-SENSU.html> Acesso em: 17 jul. 2017.

RAMALHO, Renan. **STF permite que universidade pública cobre mensalidade em cursos de especialização**. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/stf-permite-a-universidade-publica-cobrar-mensalidade-em-cursos-de-especializacao.ghtml> Acesso em: 17 jul. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix 2003.

¹ Sobre o autor

Jacks Ricardo Selistre

E-mail: jacksricardoselistre@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9447-9849>

Universidade Federal de Santa Maria – Brasil

Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Santa Maria [UFSM].